

**A. I. N°** - 023304.8018/06-5  
**AUTUADO** - MERCANTIL 4 IRMÃOS LTDA.  
**AUTUANTE** - KARIME MANSUR MACHADO  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 06.10.2006

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0291-01/06

**EMENTA:** ICMS. LIVROS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. REGISTRO DE ENTRADAS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. **a)** MERCADORIAS SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO. **b)** MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Autuado reconhece parcialmente a autuação e apresenta elementos de prova que elidem parte da exigência fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 27/06/2006, impõe multas percentuais no valor de R\$6.701,48, pelo cometimento das seguintes infrações imputadas ao contribuinte:

01) Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de abril e agosto de 2004, março e setembro de 2005. Total da Infração: R\$4.156,37. Multa imposta: 10% do valor comercial da mercadoria.

02) Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro, março, abril, agosto e setembro de 2004, fevereiro, março, julho, setembro a dezembro de 2005. Total da Infração: R\$2.545,11. Multa imposta: 1% do valor comercial da mercadoria.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls.191/192), afirmando que a exigência fiscal procede parcialmente, pois, existem notas fiscais indicadas na autuação que estão escrituradas no respectivo livro de entrada a saber: Notas Fiscais n°s 60617, de 17/04/2004, 2490, de 14/09/2004, 5075, de 29/09/2004, 7735, de 29/09/2004, descabendo para estas a multa de 1%, imposta na Infração 02. Quanto às Notas Fiscais n°s 6886, de 07/04/2004 e 65610, de 31/08/2004, sustenta a existência de benefício fiscal, não podendo ser aplicada a multa de 10%, conforme imposição na Infração 01.

Conclui, requerendo que sejam acolhidas as razões apresentadas, para julgar parcialmente procedente a autuação.

Na informação fiscal apresentada (fl.208), a autuante reportando-se às notas fiscais alcançadas pelo benefício fiscal da isenção alegada pelo contribuinte afirma que: Nota Fiscal n° 6886, de 07/04/2004, no valor de R\$21.164,25, abatido o valor de R\$4.125,00, referente à merluza que não é isento, resta o valor de  $R\$17.039,25 \times 1\% = 170,39$ . O restante de  $R\$4.125,00 \times 10\% = R\$412,50$ . Total desta nota fiscal R\$582,89; Nota Fiscal n° 65610, de 31/08/2004, no valor de R\$6.829,50, deve ser abatido o valor de R\$612,50, referente à merluza que não goza de isenção. Assim,  $R\$6.217,50 \times 1\% = R\$62,17$ ; o restante  $R\$612,00 \times 10\% = R\$61,20$ . Total desta nota fiscal R\$123,37.

Quanto às Notas Fiscais n°s 5075, 7735, 2490 e 60617, acata as razões defensivas, afirmando que realmente as referidas notas fiscais estão registradas no livro Registro de Entradas de mercadorias, cabendo a exclusão da base de cálculo do Auto de Infração, cujos valores somados perfazem o total de R\$107,87, referente a multa.

## VOTO

O Auto de Infração em lide imputa ao contribuinte o cometimento de infrações à legislação do ICMS, decorrentes da entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal; da entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal.

Analisando as peças processuais, verifico que o autuado reportando-se à Infração 01, sustenta que as Notas Fiscais nºs 6886, de 07/04/2004 e 65610, de 31/08/2004, referem-se a mercadorias que gozam de benefício isencional, descabendo a aplicação da multa de 10%.

Por outro lado, observo que o autuante reportando-se à alegação defensiva, afirma que dentre as mercadorias discriminadas nas Notas Fiscais nºs 6886 e 65610, o pescado merluza não goza da isenção suscitada pelo autuado, apresentando as seguintes retificações:

- Nota Fiscal nº 6886, de 07/04/2004, no valor de R\$21.164,25, abatido o valor de R\$4.125,00, referente à merluza que não goza de isenção, resta o valor de R\$17.039,25 x 1% = 170,39, sendo o restante de R\$4.125,00x10% = R\$412,50, ficando como total de multa desta nota fiscal R\$582,89;
- Nota Fiscal nº 65610, de 31/08/2004, no valor de R\$6.829,50, abatido o valor de R\$612,50, referente à merluza que não goza de isenção, ficando R\$6.217,50 x 1% = R\$62,17, sendo o restante R\$612,00x10% = R\$61,20. Total de multa desta nota fiscal R\$123,37.

Inicialmente, quanto à isenção mencionada pelo contribuinte e acatada pelo autuante, parece-me que aquele se reporta ao benefício isencional previsto no artigo 14, inciso XIII, alínea “a” do RICMS/97, que tinha a seguinte redação:

*“Art. 14. São isentas do ICMS as operações com hortaliças, frutas, animais, produtos agropecuários e produtos extrativos animais e vegetais:*

*XIII - de 01/10/91 até 30/04/99, nas saídas internas de pescados, exceto em se tratando de (Conv. ICMS 60/91, 148/92, 121/95 e 23/98):*

- a) crustáceos, moluscos, adoque, bacalhau, merluza, pirarucu, salmão e rã;*
- b) operação que destine o pescado à industrialização;*
- c) pescado enlatado ou cozido”.*

Conforme se observa, existia efetivamente uma isenção nas saídas internas de pescados - à exceção de crustáceos, moluscos, adoque, bacalhau, merluza, pirarucu, salmão e rã - que teve vigência até 30/04/99, não sendo prorrogada após esta data pelo Conselho de Política Fazendária - CONFAZ.

O Estado da Bahia, no intuito de não onerar os pescados com a tributação do ICMS, editou o Decreto nº 7.577 de 25 de maio de 1999, publicado no Diário Oficial de 26/05/1999, que sucessivamente teve o seu prazo de vigência prorrogado, conforme abaixo:

Prorrogado até 31/12/99 pelo Decreto nº 7.681, de 01/10/99, DOE de 02 e 03/10/99.

Prorrogado até 31/12/00 pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, DOE de 29/12/99.

Prorrogado até 31/12/01 pelo Decreto nº 7.887, de 29/12/00, DOE de 30 e 31/12/00.

Prorrogado até 31/12/02 pelo Decreto nº 8.087, de 27/12/01, DOE de 28/12/01.

Prorrogado até 31/12/03 pelo Decreto nº 8.409, de 26/12/02, DOE de 27/12/02.

Finalmente, através do Decreto nº 8.665, de 26/09/03, o benefício foi prorrogado por prazo indeterminado.

O referido Decreto nº 7.577/99 dispõe sobre redução de base de cálculo nas operações internas com pescados conforme abaixo transcrito:

*“Art. 1º Nas operações internas com pescado, exceto crustáceo, molusco e rã, a base de cálculo do ICMS será reduzida em 100% (cem por cento), observada a vedação ou estorno do crédito fiscal, nos termos dos arts. 97 e 100, do RICMS-BA.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:*

*I - à operação que destine o pescado à industrialização;*

*II - ao pescado enlatado ou cozido;*

*III - ao pescado seco ou salgado.*

*Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no período de 01 de maio a 30 de setembro de 1999”.*

A Infração 01, diz respeito à entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo indispensável para solução da lide, identificar se as mercadorias objeto da autuação são tributadas ou não. Alega o autuado que as mercadorias acobertadas pelas Notas Fiscais nºs 6886 e 65610, referem-se a mercadorias que gozam de benefício isencional, descabendo a aplicação da multa de 10%. Já a autuante acata parcialmente as razões defensivas, sustentando que o pescado merluza não goza da isenção referida pelo contribuinte.

Consoante já explicitado acima, a isenção aludida pelo autuado e autuante, expirou em 30/04/99, sendo que, através do Decreto nº 7.577/99, o Estado da Bahia concedeu uma redução da base de cálculo em 100%, que alcança o período da autuação. A questão que surge é: a redução da base de cálculo em 100% pode ser considerada como tributada ou não, para fins de aplicação da multa de 10% ou 1%.

A Lei Complementar 24/75, além de regular as isenções, também trata de categorias afins, como v.g. a redução da base de cálculo, a devolução do tributo pago, a concessão de créditos presumidos, os incentivos fiscais ou financeiros-fiscais, parecendo-me claro que, apesar de se tratar de técnicas desgravatórias que têm repercussão econômica equivalentes ao da isenção não são identificadas como esta.

Apesar de tecnicamente não ser identificada como isenção, a redução da base de cálculo de 100% concedida pelo Estado da Bahia, indica que esta surgiu em decorrência da não prorrogação do prazo do benefício isencional acima mencionado, permitindo-me inferir que pretendeu o legislador dar o mesmo tratamento da isenção, ou seja, produzir efeitos desoneratórios equivalentes.

Diante disso, em termos de aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, a redução da base de cálculo em 100%, no presente caso, deve ter o mesmo tratamento da isenção, considerando que a multa percentual de 10% sobre o valor comercial da mercadoria se apresenta excessivamente gravosa para uma operação cujo imposto foi reduzido a zero. No caso, há que ser dado um tratamento isonômico às operações isentas e as reduzidas em 100% na sua base de cálculo. Vale registrar, que historicamente a multa de 10% surgiu para compensar a falta de registro de mercadorias tributáveis, representando a diferença entre a alíquota interna e interestadual.

Assim, como a redução da base de cálculo de 100% alcança, inclusive, o pescado merluza, este item da autuação é parcialmente subsistente, cabendo observar que os valores relativos às Notas Fiscais nºs 6886 e 65610, respectivamente, R\$2.116,42 e R\$682,95, passam a ter a multa aplicada de 1%, ficando reduzido o débito de R\$4.156,37 para R\$1.636,93.

No que diz respeito à Infração 02, verifico que o autuado comprova que as Notas Fiscais nºs 60617, de 17/04/2004, 2490, de 14/09/2004, 5075, de 29/09/2004, 7735, de 29/09/2004, foram devidamente escrituradas na escrita fiscal. Registro que o próprio autuante acata as alegações defensivas e exclui da exigência o valor de R\$107,98, relativo ao somatório das multas de 1% das referidas notas fiscais, verifico, entretanto, que o valor correto importa em R\$116,10.

Assim, as Infrações 01 e 02 são parcialmente subsistentes, ficando o demonstrativo de débito com a seguinte conformação:

Infração	Data da Ocorrência	Multa (R\$)
01	30/04/04	806,64
01	31/08/04	168,29
01	31/03/05	102,00
01	30/09/05	560,00
INFRAÇÃO 1		<b>1.636,93</b>
02	31/01/04	8,86
02	31/03/04	84,49
02	30/08/04	175,05
02	30/09/04	250,23
02	28/02/05	1.029,62
02	31/03/05	84,00
02	31/07/05	129,18
02	30/09/05	382,80
02	31/10/05	110,00
02	30/11/05	16,50
02	31/12/05	158,28
INFRAÇÃO 2		<b>2.429,01</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>4.065,94</b>

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **023304.8018/06-5**, lavrado contra **MERCANTIL 4 IRMÃOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas no valor total de **R\$4.065,94**, previstas no art. 42, incisos IX e XI, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos moratórios na forma previstas pela Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de setembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR